

# Sarney faz advertência sobre a radicalização política

GAZETA MERCANTIL

\* 8 MAI 1989

por Claudio Kuck  
de Manaus

O presidente Sarney ao desembarcar sexta-feira à tarde em Manaus, para participar do Encontro dos Presidentes do Pacto Amazônico, advertiu para o perigo de radicalização política no País com os últimos atentados, bombas, greves e conflitos. "Infelizmente há grupos que não se conformam com a solução democrática; esquecendo que o direito de cada um é limitado pelo direito dos outros,

esquecendo que esta escalada de terror não faz parte da tradição brasileira, nem do caminho que nos levará à transição democrática."

Sarney se mostrou preocupado com a falta de diálogo democrático entre o governo e sindicatos, ressaltando, entretanto, que exercerá todo seu poder para concluir o processo de transição democrática sem traumas. Repetiu que no grave momento atual só tem medo de duas coisas, "de ter medo de ter medo, o que acho que não terei e

que o povo brasileiro possa considerar a violência como uma forma com a qual nós podemos nos conciliar".

Depois insistiu que o caminho atual é repelir qualquer forma de violência e buscar consolidar a democracia. O presidente não especificou se o que mais teme é a violência da direita ou a da esquerda, comentando apenas: "tenho sido uma voz solitária a advertir que a violência, qualquer que seja, não é um bom caminho, o bom cami-

nho é mesmo a democracia, o diálogo e a conciliação de interesses".

Sobre os problemas do País com as greves atuais e também os reflexos da futura eleição presidencial na economia brasileira, inclusive no sistema bancário, Sarney respondeu a um jornalista colombiano que "não temos nem teremos problema algum com nosso sistema bancário, vivemos a transição democrática com suas dificuldades, mas esperamos que ela possa se completar e consolidar".

## "O caminho da paz é a lei"

O presidente José Sarney afirmou sexta-feira, no seu programa semanal "Conversa ao Pé do Rádio" que "o caminho da paz é a lei, e o caminho da prosperidade é a democracia". O presidente voltou a criticar as greves, a pregação à desobediência civil pelos empresários e alertou contra o terrorismo.

E a seguinte, na íntegra, a "Conversa ao Pé do Rádio":

"Brasileiras e brasileiros, bom dia. Aqui vos fala o presidente José Sarney, em mais uma conversa ao pé do rádio, como ocorre todas as sextas-feiras. Hoje, dia 5 de maio de 1989, quero e volto a advertir o País sobre os perigos da violência. Tenho sido uma voz constante e, às vezes, até mesmo uma voz solitária na reiterada condenação à violência, porque eu não compreendo que ela possa ser o exercício do cotidiano nem contar com a nossa tolerância.

Homem de diálogo e democracia por convicção e formação, tenho a consciência de que o caminho da paz é a lei, que o caminho da prosperidade é a democracia. Onde não existe o respeito à lei, existe a desordem e essa leva à violência. Os conflitos sociais, as lutas por espaços e direitos, não podem ser feitos senão dentro da lei. Para isso existe o espaço de direito, estado de direito pelo qual todos nós lutamos e encontramos. E significa a harmonia e divisão dos poderes, a estrutura política onde o povo decide pelo voto e não através do grito de minorias incontroladas e anárquicas que desejam sempre o caos.

Na última sexta-feira eu falei sobre as greves, quero mais uma vez explicar a situação. A greve é direito constitucional do trabalhador, um direito sagrado, consagrado na Constituição. Mas a nossa Carta Magna ressaltou os serviços essenciais que necessitam de um

tratamento especial, uma vez que o direito de greve não pode ficar acima do direito de sobrevivência do povo; a greve não pode situar as cidades como se faz na guerra, para que elas se rendam, sem comida, sem luz, sem água, sem socorro médico. Nesse sentido, a Constituição estabeleceu que devia existir uma lei para regular o direito de greve de modo que a sociedade não venha a ser vítima de interesses individuais colocados acima de interesses coletivos. Por isso é preciso uma lei para regulamentar as greves nos serviços essenciais e essa lei deve ter capacidade para manter esses serviços funcionando.

Foi o que eu fiz. Muitos a criticaram achando que ela era fraca; outros, irresponsavelmente disseram que iam desobedecê-la. A uns e a outros devo responder que fiz a lei que, constitucionalmente, devia fazer e que ninguém vai desobedecê-la. Também quero dizer que a lei já começou a surtir seus efeitos. Convocados os funcionários para os serviços essenciais do Banco do Brasil e do Banco Central, eles começaram a atender à convocação sob pena de demissão, na forma que fui obrigado a ordenar. Assim, fica de pé: quem não cumprir a lei, fica passível de demissão.

Ontem (quinta-feira) já, o Banco Central operava em todo o Brasil e apenas em Brasília tínhamos alguns problemas, mas convocações estavam feitas e muitos funcionários começaram a atendê-las. No Banco do Brasil, os empregados, cerca de 70%, estavam voltando ao trabalho. Ficou claro a impopularidade dessa greve de caráter político, a leviandade das lideranças que a deflagraram. Ficou claro também que a maioria dos funcionários queria era trabalhar; embora não concordassem com ela, eles estavam submetidos a um constrangimento ilegal, proibidos por piquetes e intimidações de ganhar o seu salário comparecendo ao trabalho.

Por outro lado é incompreensível que líderes empresariais tenham pregado a desobediência civil, tenham atacado as medidas tomadas, sobretudo porque eu, ao regulamentar a lei de greve, alterei a lei sobre a economia popular, defendendo o consumidor contra os especuladores e determinei à Polícia Federal, através do ministro da Justiça, que agisse com todo o rigor contra aqueles que estão procedendo dessa maneira.

Também quero alertar o País contra o terrorismo. Não é possível que aconteça o que aconteceu em Recife, quando um ativista sindical colocou uma bomba em um banco particular, o que podia ter causado a morte de várias pessoas. Os episódios de Volta Redonda são lamentáveis. Aquela população precisa de paz e tranquilidade. Não pode ficar todo o tempo à mercê de agitadores que não permitem à cidade viver do seu trabalho. Volta Redonda é um símbolo da independência econômica do País, com a construção da primeira indústria siderúrgica, e vai-se debilitando, perdendo a capacidade, por esse tipo de ativismo político, esse tipo subalterno de fazer política, de terrorismo, que escolheu a violência, a agitação, em vez do diálogo e a harmonização dos interesses. A continuar assim, a usina caminha para o seu próprio debilitamento e ninguém deseja que isso possa acontecer porque a violência, como tenho dito, gera violência. E não se pode usar a liberdade para matar-se a liberdade.

A transição democrática está sendo feita com muito sacrifício. Eu tenho dado a minha parte e grande parte. Mas tenho afirmado minha convicção democrática, meu desejo de entregar o país institucionalizado. O Brasil precisa ter a consciência de que a política não é um ato de vandalismo moral. Temos que construir um terreno comum, para depois exercitarmos democraticamente nossas divergências. A violência, ela sempre pode

truncar o caminho pacífico da democracia. Darei tudo de mim para que a nossa missão seja cumprida e que isso jamais possa acontecer em nosso País.

Finalmente quero dizer que hoje eu estou indo para Manaus, vou participar da reunião em que oito presidentes da Bacia Amazônica estarão discutindo numa mesa os nossos problemas comuns. Estaremos reunidos eu, Alán García, do Peru, Carlos Andrés Pérez, da Venezuela, Virgílio Barco, da Colômbia, Shankar, do Suriname, Hoyte, da Guiana, Borja, do Equador, e Paz Estenssoro, da Bolívia. Iremos falar sobre os problemas ecológicos, sobre o narcotráfico, o desenvolvimento racional e soberano da Amazônia. Mostraremos ao mundo que a Amazônia é nossa e é nossa responsabilidade preservá-la, mantê-la íntegra, não aceitar ingerências que a título de defender o meio ambiente desejam exercer interesses subalternos.

O tema ecológico é um tema que veio para ficar. Ele diz respeito à sobrevivência do homem na face da Terra. Vamos falar nesse encontro, do problema das florestas úmidas, como é a floresta amazônica. Mas, sem dúvida, iremos exigir dos outros países providências efetivas contra uma destruição mais próxima e mais violenta da vida que são os arsenais nucleares, as chuvas ácidas, o volume de dióxido de carbono cada vez maior que é lançado na atmosfera pelos países industrializados, a destruição da camada de ozônio, essa camada que protege a Terra e a vida, e o combate à maior de todas as poluições, que é a poluição da pobreza.

Finalmente, crença no Brasil. Por maiores que sejam as nossas dificuldades, o presidente mantém-se como sempre paciente, compreensivo, humano, sem perder a perspectiva do cumprimento do seu dever, que às vezes importa em ser firme e só ter medo de ter medo, como dizia Roosevelt. Bom-dia e muito obrigado".